COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 711, DE 2022

Institui o Fundo Nacional para Prevenção, Proteção e Defesa Agropecuária Contra Calamidades - FUNDEAGRO, e dá outras providências

Autor: Deputado JERÔNIMO GOERGEN

Relator: Deputado PEZENTI

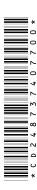
I - RELATÓRIO

A proposição em análise, de autoria do nobre Deputado Jerônimo Goergen, institui o Fundo Nacional para Prevenção, Proteção e Defesa Agropecuária Contra Calamidades - Fundeagro, de natureza contábil, com a finalidade de financiar ações de prevenção, proteção e defesa agropecuárias contra eventos climáticos ou sanitários adversos.

Segundo o autor, a proposição cria um mecanismo adicional de proteção contra eventos adversos que possam prejudicar o setor agropecuário, o principal gerador de divisas do país. Além disso, oferece um instrumento para o planejamento e a implementação da política agrícola, de que trata o art. 187 da Constituição Federal.

O Projeto estabelece que os recursos do Fundeagro serão destinados às ações de prevenção, proteção e defesa contra riscos de perdas nas produções agropecuárias, em função de eventos climáticos ou sanitários adversos; à concessão de subsídios para os produtores agropecuários afetados por eventos climáticos ou sanitários adversos; e poderão ser repassados mediante convênio, na forma do regulamento.





A proposição tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Finanças e Tributação (mérito e art. 54 do RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD). Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O PL nº 711, de 2022, de autoria do nobre Deputado Jerônimo Goergen, institui o Fundo Nacional para Prevenção, Proteção e Defesa Agropecuária Contra Calamidades - Fundeagro, com a finalidade de financiar ações de prevenção, proteção e defesa agropecuárias contra eventos climáticos ou sanitários adversos.

O projeto original, de grande mérito, tinha como objetivo central a proteção da agricultura nacional frente a calamidades climáticas e sanitárias. Reconhecendo a importância dessa iniciativa, proponho um **SUBSTITUTIVO** com alterações que visam modernizar e aprimorar o funcionamento e a gestão do fundo.

O substitutivo proposto transforma o FUNDEAGRO em uma associação privada sem fins lucrativos, denominada **Fundagro**. Esta mudança de natureza jurídica permitirá uma maior flexibilidade na gestão de recursos, bem como uma participação ativa do setor privado e das Unidades Federativas. Essa nova estrutura reforça a colaboração entre os setores público e privado, garantindo uma resposta mais ágil e eficaz às necessidades do setor.

Outra alteração significativa é a diversificação das fontes de recursos. Além dos aportes governamentais, o Fundagro contará com contribuições associativas compulsórias, ganhos de capital e receitas de propriedade intelectual, entre outras fontes. Esta diversificação proporciona maior autonomia financeira, reduz a dependência de recursos governamentais e amplia a capacidade do fundo de atender a emergências zoofitossanitárias.





A medida é especialmente relevante considerando a incerteza que frequentemente paira sobre os recursos orçamentários reservados para tais finalidades e a crescente ocorrência de eventos adversos que ameaçam a produção. O Fundagro, conforme proposto, tem o potencial de amenizar tais perdas, ajudar a manter o equilíbrio financeiro dos produtores e atuar como um estímulo para a continuidade dos investimentos nos sistemas produtivos.

Diante do exposto, conclamo os nobres parlamentares a acompanharem meu voto pela **APROVAÇÃO** do PL nº 711, de 2022, na forma do **substitutivo** anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado **PEZENTI**Relator





SUBSTITUTIVO PROJETO DE LEI Nº 711, DE 2022

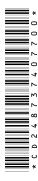
Autoriza a constituição e operação do Fundo Nacional de Defesa Agropecuária (Fundagro) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a constituição de associação privada sem fins lucrativos, denominada Fundo Nacional de Defesa Agropecuária (Fundagro), destinada a administrar mecanismos de apoio às ações de prevenção, controle, vigilância e emergências zoofitossanitárias.

- Art. 2º Constituem recursos do Fundagro:
- I os aportes iniciais que venham a ser efetuados;
- II as contribuições associativas compulsórias;
- III os ganhos de capital e os rendimentos oriundos dos investimentos realizados com seus ativos;
- IV as doações financeiras e de bens móveis ou imóveis provenientes de pessoas físicas, jurídicas ou de organismos internacionais;
- V os recursos derivados de locação, empréstimo ou alienação de bens e direitos ou de publicações, material técnico, dados e informações;
- VI a exploração de direitos de propriedade intelectual decorrente de aplicação de recursos do Fundo;
 - VII os recursos provenientes de outros Fundos existentes; e
- VIII as demais receitas patrimoniais e financeiras e recursos de outras fontes.



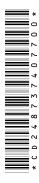


§ 1º As contribuições associativas serão definidas no estatuto do Fundagro, devendo-se observar critérios acordados entre os associados, visando incorporar e proporcionar proteção a todos os integrantes das cadeias produtivas.

Art. 3° Os recursos do Fundagro destinam-se:

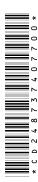
- I a prover compensações e indenizações totais ou parciais a produtores e outros cujos animais, vegetais ou outros itens tenham sido destruídos em ações definidas pelos órgãos oficiais de defesa agropecuária, de forma a suplantar as indenizações pagas pelos Governos Federal ou estadual; е
- II ao apoio às atividades e ações de prevenção, controle, vigilância e emergências zoofitossanitárias.
- § 1º O pagamento das indenizações aos produtores rurais e outros observará os limites, critérios, prazos e condições estabelecidas no ato constitutivo do Fundo, observando os princípios da impessoalidade, da transparência, da agilidade, da suficiência e da adequação.
- Art. 4º O Fundagro apoiará o Ministério da Agricultura e Pecuária e instituições estaduais de defesa agropecuária relacionadas às atividades e ações de defesa agropecuária.
- Art. 5º A transferência de recursos financeiros para a execução de ações previstas no art. 3º observará as disposições desta Lei e poderá ser feita por meio:
- I de depósito em conta específica mantida pelo ente beneficiário em instituição financeira oficial federal; ou
- II do Fundagro a fundos constituídos pelas Unidades Federativas.
- Art. 6º É vedada a destinação de recursos para pagamento de despesas correntes de instituições públicas apoiadas, exceto para:





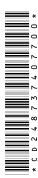
- I obras, inclusive para adaptação e conservação de bens equipamentos, materiais, serviços, estudos imóveis, necessários desenvolvimento, à inovação e à sustentabilidade da instituição pública apoiada;
- II bolsas de estudos nas áreas de pesquisa, inovação, desenvolvimento, tecnologia e demais áreas de interesse do Fundo e da instituição pública apoiada;
- capacitação qualificação necessárias е para 0 aperfeiçoamento do quadro técnico da instituição apoiada; e
- IV auxílios financeiros destinados à execução e à manutenção de projetos decorrentes de doações específicas ao Fundo, diretamente ou em parceria, para programas e redes de pesquisa, desenvolvimento e inovação, ações de divulgação científica e tecnológica mediante realização de eventos científicos, participação de especialistas em eventos científicos e editoração de material técnico.
- § 1º Os recursos previstos nos termos de execução de ações, programas, projetos e demais finalidades de interesse do Fundo não substituem as dotações orçamentárias regulares das referidas instituições públicas apoiadas.
- § 2º É vedada a utilização de recursos do Fundo para instituir ou custear programas de benefícios assemelhados a programas de remuneração e previdência a dirigentes, a servidores e a empregados de instituições públicas apoiadas.
- Art. 7º A administração dos recursos do Fundagro será exercida por um Conselho Gestor, composto pelos seguintes representantes, titular e suplente:
- I 3 (três) do Ministério da Agricultura e Pecuária, sendo pelo menos 1 (um) da Secretaria de Defesa Agropecuária;





- II 5 (cinco) de representação dos órgãos de defesa agropecuária das Unidades Federativas, por região geográfica; e
- III 8 (oito) do setor privado, que desempenhem atividades relacionadas à defesa agropecuária.
- §1º Os membros do Conselho Gestor do Fundagro devem atender às seguintes condições:
- I não tenham vínculo empregatício ou funcional com instituições apoiadas ou com organizações executoras, com exceção dos representantes do Ministério da Agricultura e Pecuária e dos órgãos estaduais de sanidade agropecuária;
- II tenham notório conhecimento ou especialidade profissional relacionados às finalidades do Fundo;
- III não tenham sido, nos 2 (dois) anos anteriores, empregados ou dirigentes de instituições apoiadas ou de organizações executoras;
- IV não sejam cônjuges ou parentes até terceiro grau de dirigente de instituições apoiadas ou de organizações executoras; e
- V não sejam administradores de empresa ou de entidade que ofereça ou demande serviços ou produtos às instituições apoiadas ou às organizações executoras.
- §2º Os membros do Conselho Gestor do Fundagro serão designados por ato do Ministro da Agricultura e Pecuária em até 90 (noventa) dias.
- §3º O representante da Secretaria de Defesa Agropecuária exercerá a função de Diretor Executivo do Fundagro.
- Art. 9º O Fundagro será auditado pela Controladoria Geral da União.





Art. 10° O regimento interno e o estatuto do Fundagro serão elaborados pelo Conselho Gestor em até 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 11. As disposições das Leis Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, 13.019, de 31 de julho de 2014, e 9.790, de 23 de março de 1999, não se aplicam aos instrumentos de parceria e aos termos de execução de ações, programas, projetos e demais finalidades de interesse do Fundo.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado **PEZENTI**Relator



